

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) títulos públicos federais;
(b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira (CDBs, LFT, NTN e demais produtos de renda fixa);
(c) títulos ou valores mobiliários emitidos por companhias abertas (debêntures, CRI, afins);
(d) compromissadas lastreadas nos ativos mencionados anteriormente;
(e) alocação dos Ativos Garantidores, ou Aplicações Financeiras Vinculadas, deverá seguir os limites de concentração de acordo com a RN ANS 392 e atualizações posteriores.
Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.
O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia e suas controladas do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contratações de instrumentos de proteção.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuem a seguinte sensibilidade de seus ativos e passivos financeiros com base nas variações das taxas básicas de juros da economia (CDI, IPCA e SELIC), cujos impactos estão projetados nos cenários abaixo.

		Cenários						
		Risco	-50%	-25%	Provável	25%	50%	
		CDI	7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%	
		IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%	
		SELIC	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%	
31 de dezembro de 2025								
Aplicações financeiras (nota 5)		CDI	281.604	422.595	563.208	704.199	844.811	
Aplicações financeiras			281.604	422.595	563.208	704.199	844.811	
Empréstimos e financiamentos (nota 18)								
Capital de giro	256.916	14,90%	CDI	19.140	28.723	38.280	47.863	57.421
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI 1a emissão	504.238	14,90%	CDI	40.248	60.399	80.495	100.646	120.743
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI 2a emissão	410.915	4,26%	IPCA	8.752	13.149	17.505	21.902	26.257
Certificado de recebíveis imobiliários - CRI 3a emissão	108.075	4,26%	IPCA	2.302	3.458	4.604	5.760	6.906
	1.316.144			70.442	105.729	140.885	176.172	211.327
			100%CDI	7,45%	11,18%	14,90%	18,63%	22,35%
			105%CDI	11,18%	16,76%	22,35%	27,94%	33,53%
			95%CDI	7,08%	10,62%	14,16%	17,69%	21,23%
			100%Selic	7,50%	11,25%	15,00%	18,75%	22,50%
			IPCA	2,13%	3,20%	4,26%	5,33%	6,39%
Obrigações contratuais (nota 19)								
Obrigações contratuais	923.138	14,90%	CDI	68.774	103.161	137.548	171.934	206.321
Obrigações contratuais	17.834	22,35%	CDI	1.993	2.989	3.986	4.982	5.979
Obrigações contratuais	41.098	14,16%	CDI	2.909	4.363	5.817	7.272	8.726
Obrigações contratuais	62.530	15,00%	Selic	4.690	7.035	9.380	11.724	14.069
Obrigações contratuais	110.794	4,26%	IPCA	2.360	3.540	4.720	5.900	7.080
	1.155.394			80.725	121.088	161.450	201.813	242.175

b) Risco de subscrição
Política de precificação
Empresas que operam negócios de planos de saúde e odontológicos estão expostas a riscos relacionados à volatilidade dos custos. Os planos odontológicos são menos sensíveis que os planos de saúde, devido à menor frequência de uso e menor complexidade dos tratamentos.

Quando a Companhia e suas controladas desenvolvem um novo produto, são analisadas diversas variáveis para definir o preço desse produto, como a área demográfica onde o produto será oferecido, a frequência dos beneficiários para aquela área com base em dados históricos e os custos dos principais inputs da área na qual o produto será vendido (médicos, profissionais de saúde, preço de mercado dos principais procedimentos). Com base nessas análises, a Companhia e suas controladas determinam o preço dos planos de saúde e odontológico.

Cada empresa de médio e grande porte possui sua taxa de sinistralidade calculada anualmente, quando a Companhia e suas controladas estão negociando os reajustes de preço de planos de saúde e/ou odontológico (clientes individuais são regulados pela ANS). Com base nos resultados históricos de utilização da rede de atendimento controlada por biometria, e com base nas expectativas de custo relacionadas a esses clientes, é determinado o aumento de preço desse contrato. Essa prática mitiga o risco do cliente de trazer perdas constantes para a Companhia e suas controladas.

Em relação a planos individuais, o preço dos produtos considera um valor adicional porque esse tipo de cliente historicamente tem maior uso da rede de serviços.

Apuração das provisões técnicas

A apuração das provisões técnicas é realizada mensalmente pela equipe atuarial, sendo acompanhada pela equipe de Controladoria na mensuração da necessidade de ativos garantidores no encerramento de cada trimestre, de acordo com os critérios previstos no Art. 2º da RN nº 392/15 (alterada pela RN no 521/22), para cumprimento obrigatório de exigências do órgão regulador do setor. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas avaliam, a cada data de balanço, se seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos, realizando os testes de adequação de passivos. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a insuficiência de provisão técnica deve ser reconhecida no resultado do período/exercício. A Companhia e suas controladas não registram ajustes decorrentes dos testes de adequação de passivos.

A nota explicativa 16 apresenta as provisões técnicas, suas naturezas e a composição de cada obrigação relacionada ao SUS, devido as suas particularidades previstas pela regulação.

c) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas aplicáveis a cada risco avaliado.

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação é uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades de rede própria da Companhia e suas controladas. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito para a Companhia e suas controladas é considerado como baixo pela Administração, principalmente para a operadora de planos de saúde em que as mensalidades são pagas antes da prestação dos serviços. A maior parte do risco do contas a receber da Companhia e suas controladas é relacionado ao período de cobertura. Para reduzir o risco de pagar os custos do tratamento sem o recebimento, a Operadora adota a prática do cancelamento dos planos em atraso, conforme regulamentado pela ANS para a operadora de planos de saúde.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas em relação a contas a receber e outras contas a receber. A conta de provisões relacionadas a contas a receber é utilizada para registrar perdas por redução no valor recuperável, a menos que a Companhia e suas controladas avaliem não ser possível recuperar o montante devido.

De forma geral, a Companhia e suas controladas mitigam seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida. Para os clientes inadimplentes, a Companhia e suas controladas cancelam os planos de acordo com as regras da ANS.

Aplicações financeiras

A Companhia procura priorizar seus ativos financeiros classificados como aplicações financeiras em instituições que possuam rating mínimo de investment grade na avaliação feita pelas agências Standard & Poor's ou Fitch (entre AAA e BBB) e obedecendo a critérios de avaliação interna e limites estabelecidos com base em informações qualitativas e quantitativas.

A política de aplicação exige a necessidade de alocação dos recursos em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, para a garantia das provisões técnicas.

A Companhia trabalha com instituições financeiras que apresentam a seguinte classificação de rating:

	Consolidado		Ratings das instituições financeiras (*)				
	31 de dezembro de 2025	2024	CP	Fitch (*)	Standard & Poors	CP	LP
Votorantim S.A.	1.017	1.169	—	—	—	—	brAAA
Banco Bradesco S.A.	14.298	465.734	—	AAA(bra)	—	—	—
Banco Santander (Brasil) S.A.	1.627.432	2.082.620	—	—	—	—	brAAA
Caixa Econômica Federal	5.945	49.806	—	AAA(bra)	—	—	—
Itaú Unibanco S.A.	1.926.098	1.925.350	—	AAA(bra)	—	—	—
Banco do Brasil	17.727	197.684	—	AAA(bra)	—	—	—
XP Investimentos	—	19.121	—	—	—	—	—
Banco Sul America	—	8.494	—	—	—	—	brAA
Banco BTG Pactual S.A.	95.616	708.574	—	AAA(bra)	—	—	—
Pagseguro	91.784	—	—	—	—	—	—
Singulare	—	22.419	—	—	—	—	—
	3.779.917	5.480.971	—	—	—	—	—

(*) Última divulgação. Escala Nacional

Disponível

A Companhia e suas controladas detinham saldo de R\$ 518.017 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 268.251 em 31 de dezembro de 2024), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas incalculáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas utilizam o controle da sinistralidade baseado em atividades para precificar seus produtos e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso das saídas de caixa sobre instrumentos financeiros (outras contas a pagar com fornecedores). A Companhia e suas controladas monitoram também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia e suas controladas residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização de seus serviços. Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

Quanto à exposição ao risco de liquidez, são apresentados a seguir os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Fluxos de Caixa Contratuais - Controladora							
31 de dezembro de 2025							
	Valor contábil	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores (Nota 19)	171.160	171.160	—	—	—	—	171.160
Obrigações contratuais (Nota 19(a))	959.663	863.593	96.070	—	—	—	959.663
Provisões técnicas de operações de assistência à Saúde (Nota 16) (i)	587.636	587.636	—	—	—	—	587.636
Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota 18)	1.356.144	72.615	789.950	493.579	—	—	1.356.144
Passivo de arrendamento (Nota 19 (b))	1.079.978	221.106	203.792	196.109	175.372	1.575.108	2.371.487
Débitos diversos	525.487	256.815	268.672	—	—	—	525.487
Total	4.680.068	1.347.108	969.287	773.814	890.099	1.991.269	5.971.577

DIRETORIA		Lucas Augusto Nogueira Adib Antônio		Fernando Miguel Augusto		Wagner Diniz da Silva	
Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima		Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores		Diretor de Contabilidade - CRC SP 319932/O-0		Atuário - MIBA nº 1.541	
Presidente e Vice-Presidente Comercial e Relacionamento							

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e aos Acionistas da
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e de suas controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Notre Dame Intermédica Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024
As demonstrações financeiras representadas, individuais e consolidadas, da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 21 de janeiro de 2026, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

(i) Composto pela provisão eventos a liquidar.

Fluxos de Caixa Contratuais Consolidado							
31 de dezembro de 2025							
	Valor contábil	2026	2027	2028	2029	2030 em diante	Total
Passivos financeiros							
Fornecedores (Nota 19)	219.659	219.659	—	—	—	—	219.659
Obrigações contratuais (Nota 19 (a))	1.155.394	942.274	142.720	70.400	—	—	1.155.394
Provisões técnicas de operações de assistência à Saúde (Nota 16) (i)	704.260	704.260	—	—	—	—	704.260
Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota 18)	1.356.144	72.615	789.950	493.579	—	—	1.356.144
Passivo de arrendamento (Nota 19 (b))	1.395.768	272.804	253.175	244.080	221.764	1.924.733	2.916.556
Debêntures diversos	389.319	352.458	36.861	—	—	—	389.319
Total	5.220.544	1.681.115	786.859	1.045.183	887.281	2.340.894	6.741.332

(i) Composto pela provisão eventos a liquidar.
A previsão de fluxo de caixa é preparada pela Companhia e suas controladas, e são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades legais e operacionais. Essa previsão leva em consideração a geração de caixa da Companhia e suas controladas.
Em conformidade com a Resolução Normativa (RN) nº 521/22 da ANS, a Companhia mantém aplicações financeiras vinculadas e lastreadas para a cobertura das Reservas Técnicas, conforme demonstrado a seguir:

Controladora		Consolidado	
31 de dezembro de 2025		31 de dezembro de 2025	
2025	2024	2025	2024
1.539.476	1.186.128	2.185.273	1.817.475

Aplicações garantidoras de provisões técnicas
f) Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia e suas controladas possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados para reduzir a exposição às oscilações de taxas de juros (SWAP taxa de juros), não possuindo propósito especulativo.
Abaixo são demonstradas as aberturas dos contratos de swap da Companhia e suas controladas, bem como seus valores justos na data-base:

Instrumento		Vencimento	Ponta ativa	Ponta passiva	Valor justo	Nacional (R\$)	Posição em 31 de dezembro de 2025	2024
Swap cambial		Ago/27	US\$ + 5,68% a.a.	CDI + 1,37% a.a.	(10.031)	(260.000)	(213)	19.152
							(213)	(6.573)
							(213)	12.579

a) Risco de seguro

O modelo de negócio das Controladas da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto ao risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que, no segmento odontológico, o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e na estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo do atendimento, o modelo de atendimento que o beneficiário receberá, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.
Adicionalmente, a Companhia e suas controladas também analisam o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com seus clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação à sua rentabilidade.

35. Patrimônio líquido ajustado e capital baseado em risco

A Companhia é uma operadora de plano de saúde e odontológico regulada pela ANS, que lhe impõe limites regulatórios com a adoção obrigatória do modelo de capital baseado em riscos.

A ANS estabeleceu critérios de manutenção de patrimônio líquido mínimo de acordo com a Resolução Normativa (RN) nº 526/2022.

a) O capital base (CB) representa o valor mínimo do patrimônio líquido, calculado a partir da multiplicação do fator K pelo capital de referência.

b) Capital baseado em riscos (CBR) define o montante variável a ser observado pela operadora em função de fatores pré-determinados por modelo padrão estabelecido pela ANS, compreendendo os principais riscos envolvidos nas atividades relacionadas à operação de planos privados de assistência à saúde, quais sejam: o